

Dinheiro novo difícil explicaria a moratória

Kido Guerra

As dificuldades que o Brasil vem enfrentando nas negociações de recursos junto ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, além da configuração de um quadro preocupante em relação ao superávit comercial são os principais motivos que deverão levar o governo a suspender oficialmente o pagamento dos juros da dívida externa a partir de setembro, para evitar o esgotamento das reservas cambiais.

Apesar da expansão de 2,95% do saldo comercial acumulado de janeiro a maio, em relação ao mesmo período em 1988, é sintomática a redução em 2,31% do volume de exportações e a ampliação de quase 26% das importações no mês passado.

“Nunca foi tão difícil negociar dinheiro novo”, constata o economista Eustáquio Reis, do Inpes (Instituto de Pesquisas da Secretaria do Planejamento). Ele receia que a redução do superávit em maio passe a ser uma tendência, o que tornaria necessária a adoção de uma política de desvalorizações cambiais mais acentuadas para assegurar a ampliação das exportações, como ocorreu no governo Figueiredo.

Hoje, porém, devido ao clima de instabilidade e de aparente descontrole do processo inflacionário, tais medidas seriam, além de inócuas, perigosas para a economia, pois poderiam provocar a dollarização da economia e detonar a temida hiperinflação. Além disso, explica

Eustáquio Reis, um superávit comercial mais expressivo tem como contrapartida maior expansão da base monetária e, consequentemente, mais inflação. E mais: as incertezas da economia levam o exportador a reduzir a sua produção e os investimentos.

Sem esse importante canal de obtenção de divisas, a queima gradual das reservas se torna inevitável e, na ausência de dinheiro novo para o pagamento dos juros externos, a opção que resta é a moratória, observa o economista Paulo Guedes, do IBMEC (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais). Segundo ele, o governo não quer correr o risco de detonar a hiperinflação através do câmbio.

Ao contrário do que ocorreu no segundo semestre de 1986, quando o governo arriscou e resolveu compensar a brusca redução dos níveis da balança comercial e honrar os compromissos externos queimando as reservas nacionais (sendo obrigado a decretar moratória em fevereiro de 1987), não se pensa, agora, em deixar isso acontecer. Ou seja, o governo não pretende utilizar seguidamente as reservas nem para financiar as importações nem para pagar juros e nesse caso a moratória é a solução preventiva.

Mas a diferença fica aí, como assinala Reis. Em sua essência, as duas situações são semelhantes: a decretação da moratória é uma consequência não de um jogo de barganha, mas de uma deterioração do processo econômico.